

**REFORMA AGRÁRIA E “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE”:
UMA NOVA VISÃO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Luís Antonio Barone²
Alcir Antonio Kuranaga³

Introdução: explicitando a perspectiva analítica

Após vinte anos completos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a problemática do desenvolvimento dessa gama de assentamentos rurais implantados desde então é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências não redundam em nada em termos de desenvolvimento econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de “favela rural” para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente. Tais avaliações, não isentas, ignoram, inclusive, um resultado positivo que se pode aferir em diferentes microrregiões do país, nas quais os assentamentos são, efetivamente, dinamizadores econômicos.

Optamos, neste trabalho, por não restringir essa avaliação apenas à dimensão econômica. Aliás, ao afirmarmos que desenvolvimento não é só crescimento e modernização econômica, estamos procurando estabelecer uma perspectiva que assuma a complexidade, tanto do conceito, quanto da realidade

¹ Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio-Ambiente – Uniara.

² Professor Assistente do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, FCT/Unesp – Presidente Prudente/SP.

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara.

dos assentamentos rurais. Não pensamos os assentamentos nem como expressão inequívoca de desenvolvimento, nem como sua peremptória negação. Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados.

Tomamos como fio condutor da análise uma contínua experiência de investigação, que também já acumula 20 anos, junto aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Consideramos que essas experiências representam inovações na gestão territorial e constituem, em sua multidimensionalidade, uma trama de tensões sociais – relações construídas por distintos atores em diferentes âmbitos da vida social – reveladora das contradições e possibilidades desse tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sóciopolítico. Tal movimento, que não se apresenta nunca como caminho de mão única, exige a análise das singularidades das ações dos assentados, que podem ser de resistência, de acomodação ou de conflito, gerando impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade das famílias na terra.

Assim, nossa perspectiva permite analisar algumas dimensões dessa realidade, revelando pontos de tensão relativos ao conjunto de preocupações que o conceito de desenvolvimento pode enfiar. Privilegiamos, aqui, a noção de gestão do território, que pode ser decomposta, analiticamente, em três dimensões que julgamos importantes: a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores” (SEN, 2000, p. 18).

Tal concepção, que utilizaremos como pano de fundo para avaliar essa relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais, nos parece apropriada por valorizar, acima de tudo, a perspectiva dos agentes que estão envolvidos

nessas experiências de reforma agrária: os trabalhadores assentados.

Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias: liberdade de escolha, de ação e de opinião; liberdades que comportam dimensões objetivas e subjetivas; práticas e representações sociais acerca da liberdade.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela.

Dilemas da organização interna dos P.A.s

A dimensão da organização interna dos assentamentos é um lócus privilegiado para a apreciação do exercício da liberdade, elemento indispensável para a conquista de um real desenvolvimento. Diferentes experiências foram levadas a termo na busca de alternativas organizativas e de gestão dos territórios dos assentamentos. Pouco sucesso, em termos de permanência e expressão regional, tiveram as experiências que preconizaram a gestão coletiva da terra e do conjunto dos meios de produção nos assentamentos. No mais das vezes lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), as experiências coletivistas subsistem, hoje, em escala reduzidíssima no Estado. Registra-se, nessa rubrica – com um nível de organização cooperativa - apenas as duas Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) no P.A. Pirituba, sul do Estado.

Mais ruidosa foi a frustrada experiência coletiva da Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” (COPAJOTA), no assentamento Reunidas (Promissão/SP). Sob a orientação do MST, uma das associações de máquinas criadas no início do período de assentamento, a do grupo de Campinas, foi transformada em uma Cooperativa coletiva de produção agropecuária: a COPAJOTA, experiência sócio-política que se destacou no cenário dos assentamentos rurais na década de 1990. A idéia seria colocar em prática o modelo coletivista assimilado pela Direção Nacional do MST a partir

das cartilhas adotadas pelo governo cubano na constituição de suas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). A baixa disponibilidade técnica e financeira, o excesso de força de trabalho disponível (superior à capacidade de produção da COPAJOTA), a não consecução dos projetos de intensificação e agroindustrialização da produção (que possibilitaria um uso mais intenso de mão-de-obra), explicam seu insucesso.

Por outro lado, as dezenove famílias que deixaram a COPAJOTA criaram a APRONOR (Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas). A produção agrícola nesta organização era exclusivamente familiar, existindo, no entanto, fortes laços de sociabilidade, de troca de experiências e de ajuda mútua entre eles. O coletivo se resumiu na presença de um trator e alguns poucos implementos. A APRONOR, enquanto uma cooperativa de comercialização, prestação de serviços e beneficiamento da produção, com a preservação da unidade familiar, tinha uma abertura maior para receber um número crescente de produtores não somente assentados. Em meados da década de 1990, com a criação pelo governo federal da linha de crédito “Procera - teto dois”, vinculado à participação em cooperativas, a APRONOR transformou-se em uma cooperativa - na época, com 24 associados.

O MST, muito ativo neste assentamento, estimula o grupo remanescente da COPAJOTA a criar uma outra cooperativa, a CORAP (Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão), com o objetivo de promover a organização coletiva da produção com vistas à agroindustrialização, a exemplo da COCAMP, já em instalação no Pontal do Paranapanema. Essa tentativa de criar uma economia de escala não prosperou, culminando com a sua desestruturação e uma redobrada desconfiança de grande parte dos assentados em relação ao MST.

O fenômeno do desgaste e da perda de credibilidade de experiências cooperativas (coletivistas ou não) fomentadas pelo MST é generalizado no Estado. Mesmo na já citada exceção das CPAs do assentamento Pirituba, registra-se uma adesão bastante restrita de assentados, frete ao universo de produtores instalados nesse assentamento na região de Itapeva. No Pontal do Paranapanema, região com maior número de assentamentos (e de assentados), a iniciativa da COCAMP, instalada pelo MST no município de Teodoro Sampaio, teve um desenvolvimento similar. De uma grande adesão inicial (próxima de 2 mil associados), a COCAMP passou para uma situação de virtual inviabilização de seu funcionamento, tornando-se parte dos problemas crônicos que caracterizam a questão agrária regional.

Num outro contexto regional, em Araraquara (região Nordeste do Estado), também foi registrada uma experiência de organização coletiva da produção que, embora tivesse outras agências em sua promoção, não logrou melhor sorte. No P.A. Monte Alegre, no 1º. ano agrícola dos núcleos I e II, a coordenação da produção coletiva e a gestão das máquinas – cuja aquisição se deu através de

um financiamento “a fundo perdido” – couberam a 2 associações de produtores, assessoradas pelo ITESP. Além das limitações de fertilidade das terras cultivadas, o que prejudicou a produção, a própria condução dos trabalhos e da divisão da renda auferida ao final do processo levou à dissolução das entidades. Isso porque, embora o trabalho no cultivo fosse computado individualmente – com o apontamento dos dias trabalhados por cada pessoa – ao final, após a venda da produção, uma assembléia de assentados decidiu pela repartição da renda de uma forma que não levou em consideração o número de pessoas envolvidas na lida coletiva: cada família assentada recebeu uma parte igual à das outras, obviamente prejudicando aquelas famílias que mais empregaram sua mão-de-obra no assentamento.

Uma revolta contra esse evidente equívoco na gestão do trabalho acabou por atingir fatalmente as associações. Os seus diretores foram acusados de roubo e as famílias que mais se beneficiaram (por exemplo, colocando seus dependentes para trabalhar fora do PA e recebendo o mesmo daquelas nas quais todos os membros se empenharam no trabalho coletivo) tachadas de “*marajás*”. A dificuldade de controle contábil de qualquer grupo associativo (grupo de máquinas, associação de mulheres, cooperativas) sempre ensejou, da parte dos assentados, denúncias de “roubo” – quase sempre motivadas pela incompreensão dos resultados de uma administração descuidada e ignorante de qualquer regra de boa gestão.

O fracasso das experiências coletivas de produção no PA Monte Alegre, acima referido, não impediu que inúmeros grupos de trabalhadores assentados fossem formados nesses quase 20 anos de trajetória. (primeiro pelo ITESP e o sindicato de Araraquara, depois pela Comissão Pastoral da Terra – CPT), revelou-se, também, um recurso autônomo, do qual os assentados têm recorrentemente lançado mão a fim de tentar superar os bloqueios no encaminhamento da produção e na participação política. No geral, portanto, observa-se que as associações surgem e se mantêm – em suas discontinuidades - garantindo maior força econômica e política aos assentados.

A polêmica com relação à cana será um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação “*Independente*”, no assentamento Bela Vista, em Araraquara. Esses agricultores foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Parte deles veio de uma outra experiência cooperativa, que não conseguiu atender todos os seus cooperados nos serviços de moto-mecanização. Defendendo, desde o primeiro momento o cultivo da cana-de-açúcar no PA, a Associação “*Independente*” irá se distanciar, inclusive, da Comissão Interna, organismo de gestão interna do assentamento composto por representantes de todas as entidades da Bela Vista.

A implantação da cultura da cana-de-açúcar, em larga escala, no PA Bela

Vista terá lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*⁴. Falando em “*não ter medo de negociar com a Usina*”, as lideranças “independentes”, citam o “contrato” que fizeram (e que não revelam à pesquisa), como forma de se inserir no contexto da racionalidade moderna. Gerar “*emprego e renda*” no assentamento é outro mote dos defensores da cana, bastante adequado a uma lógica econômica capitalista. O alcance da capacidade de autonomia desses agentes no desenvolvimento de suas estratégias, na sua difícil relação com o complexo agroindustrial sucroalcooleiro da região, sem dúvida, será posto à prova nos próximos anos, constituindo-se em um sério dilema para o futuro dos assentamentos.

No Pontal, a formação de associações tem estado bastante vinculada à iniciativa, no mais das vezes de interesse eleitoral, dos políticos locais (quase sempre prefeitos). Cita-se como exemplo, o caso de uma associação no PA Água Limpa, em Presidente Bernardes, cujo presidente – candidato a vereador na chapa do último prefeito – montou um grupo para a criação de capivaras. A atuação de várias lideranças assentadas, tanto no Pontal quanto em Araraquara, passa por essa mediação clientelista junto aos poderes locais. Este grande vai-e-vem de associações revela, ao mesmo tempo, o vigor e a fragilidade política dos assentados. Essas entidades são formadas e desmanchadas rapidamente, no mais das vezes em função de interesses imediatos. Por outro lado, essa mobilização e organização intermitentes garantem a participação dos assentados tanto no diálogo com o Itesp (ou Incra) quanto no encaminhamento de reivindicações junto ao poder Público Municipal. Por outro lado, no tocante à representação política dos assentados, o MST ainda detém praticamente seu monopólio na região extremo-oeste do Estado. Com iniciativas permanentes de organização em um número reduzidíssimo de P.A.s, sobretudo nos municípios de Teodoro Sampaio (sede da COCAMP) e Mirante do Paranapanema – nos quais se encontra o núcleo dirigente do movimento – o MST consegue dar voz às reivindicações dos assentados, graças à sua estrutura organizacional. Através de sua militância, que quase não permanece nos assentamentos, o MST ocupa uma posição ímpar na liderança dessas reivindicações, ora dirigidas aos órgãos estaduais (como o ITESP), ora às Prefeituras, ora ao Banco do Brasil.

Se tem sido intensa a dinâmica de mobilização e participação política externa dos sem-terra, a situação de assentamento caracteriza-se, tanto no Pontal como em Araraquara, por uma forte desmobilização e esvaziamento da

⁴ Enquanto na Monte Alegre a proposta do cultivo da cana era intermediada pela Prefeitura Municipal de Motuca, na Bela Vista, além de dois assentados da mesma família que sempre forneceram cana para a usina vizinha, hoje, quase todos os contratos são mediados pela Associação Independente. Existe, no entanto, alguns outros assentados (em menor número) que têm contratos individualizados com a usina.

legitimidade e controle político dessas agências e organizações sobre os trabalhadores assentados. Tanto FERAESP quanto o MST – ativos, respectivamente, em Araraquara e no Pontal – têm muito mais capacidade propositiva no encaminhamento da luta pela terra. Na situação de assentamento propriamente dita, embora sejam ressaltados o esforço dessas organizações em momentos críticos, os assentados aparentam uma grande pulverização de iniciativas individuais, quase sem nenhuma organicidade.

O histórico claudicante dos grupos associativos e cooperativos, que objetivavam gerir de alguma forma coletivizada os recursos dos assentamentos, pode levar a pensar no fracasso definitivo dessa forma de organização. No entanto, ela mesma se repõe de tempos em tempos, seja através do estímulo externo, seja através da iniciativa autônoma dos próprios assentados.

Mobilização e participação política nos assentamentos

A constituição do campo político nos assentamentos vem tendo, nos mecanismos de instituição de coordenações internas - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento e de seus bloqueios. Os distintos grupos que formam um assentamento, às vezes oriundos de diferentes lutas e regiões, muitas vezes não se mesclam politicamente. No Pontal, é exemplar a situação do PA São Pedro (em Rancharia), onde a distribuição geográfica dos lotes reforça uma divisão em dois grupos, um oriundo de acampamentos sob liderança do MST, outro, formado por cadastrados pela Prefeitura de Rancharia. Recentemente, a falta de consenso entre esses dois grupos fez com que o Poder Público Municipal transferisse as classes de educação infantil para outro assentamento do município, evidenciando as perdas que a dissensão pode causar.

Mas, para além do risco de uma certa involução no desenvolvimento dos PAs, provocada por dissensões e disputas internas, o estudo das relações políticas nos assentamentos – e entre os assentados - tem revelado, também, o esforço inovador dos trabalhadores assentados na sua busca por emancipação. Um histórico recorrente de conflitos internos – geralmente avaliados como indicadores de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder, mesmo que no território restrito de um Projeto de Assentamento (BARONE, 2002).

Para essa análise, o assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, é particularmente interessante. Isso porque o histórico desse projeto tem, como característica marcante, uma ausência de conflitos no período de ocupação das terras, seguida, após a instalação das famílias, de um período bastante turbulento

de conflitos internos entre diversos grupos. Para esses trabalhadores, a dramática reconstrução de suas vidas num novo território terá no campo da organização política uma esfera rica em tensões e conflitos.

O espaço social do assentamento será pontuado por esses conflitos que - ao longo dos anos - têm marcado decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente - no processo de sua integração ao contexto regional - os mesmos têm se apresentado, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes do próprio assentamento - o que resultará numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo. Os conflitos, então, podem ser compreendidos a partir da operação de racionalidades distintas, orientando as estratégias dos assentados para melhorar suas posições no interior desse campo específico.

Fazer parte dos "*que estavam aprendendo a lutar*", ou dos que "*são compromissados com o assentamento e a reforma agrária*", ou ainda dos que são "*socialistas*" e enfrentam o poder e a influência dos que "*distorcem todo o processo da reforma agrária*" (expressões utilizadas pelos assentados, em depoimentos colhidos), são características auto-identificadas que pontuam as falas das lideranças, elementos da consciência discursiva mobilizadora de forças sociais, através "*da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia*" (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Para além da produção dos discursos sobre si e sobre os outros, sem dúvida um elemento importante na racionalidade imprimida pelos agentes em suas disputas políticas, uma certa postura diante da imposição (ou tentativa de imposição) de regras, pode levar ao que D'INCAO e ROY chamam de círculo de "*invalidações recíprocas*" (1995) - outro elemento notável na ação das lideranças que dinamizam o campo político no assentamento. As recorrentes desautorizações de decisões tidas como "coletivas", se às vezes enfraquecem os fóruns de deliberação, em outras ocasiões reforçam a posição de determinados líderes ou grupos. Foi assim em todo processo que legitimou a já citada, Associação Independente e suas lideranças favoráveis à implantação da cana para fornecimento às usinas. Ser contra a expulsão de trabalhadores ou ser a favor dos que plantaram cana - sempre numa atitude oposta às deliberações da Comissão de entidades do assentamento - foram iniciativas executadas a partir de um cálculo político bastante racional e eficaz. Essa racionalidade prática, de caráter estratégico, muitas vezes é avaliada negativamente (vista como "irracional") pelos estudiosos e técnicos.

Porém, a não colaboração com a comunidade, mais especificamente a desautorização de decisões coletivas, se é um motivo constante de brigas no interior do assentamento, o é justamente porque, muitas vezes, se inscreve no campo das disputas políticas, contrapondo líderes e grupos em busca de

legitimação. Até quando existem atitudes individuais refratárias a decisões no assentamento, tais comportamentos podem significar uma tomada de posição claramente racional contra o desacerto institucional que representa a política de assentamento perpetrada pelo INCRA e pelo ITESP. O conflito põe em evidência as tensões sobre as quais as relações sociais serão construídas. Mesmo a inimizade ou a guerra, já o disse Simmel. Este clássico propõe a superação da dicotomia simplista entre "*conflito*" e "*harmonia*", já que o primeiro "*é um modo de conseguir algum tipo de unidade*" (SIMMEL, 1986, p.268). A busca de legitimidade, ou "*reconhecimento*" (BOURDIEU, 1989), também aponta para o conflito como ingrediente da dinâmica de disputa de um certo tipo de capital cuja posse, ou não, posicionará os agentes no campo e direcionará suas lutas. Mais do que "brigas", os assentados e suas organizações de base experimentam o duro aprendizado das relações políticas democráticas.

A problemática da integração econômica dos assentamentos

A avaliação do desempenho econômico dos assentamentos, conforme frisado na introdução, é matéria polêmica, cercada de um verdadeiro bloqueio ideológico imposto pelo discurso economicista de setores mais ou menos distantes da investigação empírica desses territórios. Os diferentes graus de capitalização e os correspondentes distintos padrões de acumulação capitalista em cada contexto regional, por si só, já criam conjunturas pouco semelhantes quando se estuda a integração econômica dos assentamentos. Há que se pensar na situação de um segmento de agricultura familiar *lato sensu*, em cada região, para se ter uma visão menos distorcida do desempenho econômico das experiências de assentamentos de reforma agrária.

Neste sentido, as atividades econômicas dos assentados, seu grau de inserção em sistemas produtivos específicos, são bastante díspares, mesmo num único P.A.. Numa comparação com setores tradicionais de agricultura familiar, em cada região, os assentados mais bem sucedidos, em poucos anos, já exibem praticamente as mesmas condições econômicas que os agricultores tradicionais. Isso tanto pode ser bom, demonstrando a equiparação de condições entre produtores assentados e não-assentados, quanto ser mau, pois, infelizmente, a condição do produtor familiar paulista (excetuando aqueles que exploram nichos de mercado específicos) é de baixa capitalização – quando não de franca descapitalização – e de perda constante de renda.

Nos assentamentos da região de Araraquara, após um momento inicial de grande produtividade de grãos – geralmente nos dois primeiros anos de assentamento, quando recursos bancários são liberados e ainda vigem os prazos de carência para seus pagamentos – essa alternativa perde paulatinamente força, até entrar em colapso. Vencem as carências bancárias e os assentados vêm-se

inadimplentes, reduzindo a área plantada e, em muitos casos, não realizando nenhuma atividade agrícola objetivando exclusivamente o mercado. Viver da terra com produtor de excedentes, somando a essa condição a busca de trabalho fora do assentamento frustra os sonhos de muitas famílias.

Essa situação cria uma expectativa nos trabalhadores em relação a uma proposta de plantio de cana-de-açúcar no assentamento, em parceria com uma usina do município de Motuca (Stetter, 2000). Patrocinado pelo prefeito dessa cidade, o “consórcio para plantio de cana”, embora houvesse dividido as opiniões no P.A. Monte Alegre, sofreu forte resistência por parte das lideranças ligadas ao sindicato e também do ITESP. Desde esse episódio, em 1993, a cana entrará e sairá de cena pelos próximos 10 anos, até o ITESP, enfim, regularizar, entre 2002/2003, a produção de culturas agroindústrias nos P.A.s instalados pelo governo estadual – na prática, uma vitória dos patrocinadores da cana na Monte Alegre.

As questões que acompanham a polêmica da implantação da cultura da cana nos assentamentos também repercutirão na apreciação acadêmica do fato. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistem em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana seria mais um episódio do “*natimorto processo da integração dos assentamentos na região*” (PINASSI e QUEDA, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos em suas diferenciações - e não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista – a adesão ao cultivo de cana para o fornecimento das usinas e destilarias deve ser compreendida como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local e a inserção nos sistemas produtivos regionais: mediações que têm que ser pensadas de uma perspectiva multidimensional e não unicamente por uma determinação econômica.

No assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras para uma usina da região de Araraquara há quase 5 anos, tendo sido desenvolvida uma “parceria” entre uma associação de assentados e a referida empresa. Indiferentemente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados. Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade

política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

O INCRA, apesar de continuar, em princípio contrário ao plantio da cana, pareceu assistir, no início, ao movimento como ator coadjuvante. Posteriormente, há cerca de dois anos, começou a tomar ações contrárias à cana, cujo sistema de controles e de poderes se põe em rota de colisão com as perspectivas de sustentabilidade. Por outro lado, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re)estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos.”(Portaria ITESP nº 075-24/10/02)

Mantém-se o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 há e nos lotes com área superior a 15 ha, estipula-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deverá ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que está, de fato, ocorrendo. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre - declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista, em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias, cerca de 50 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. *“A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e*

de moradia” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma postura comandada pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, uma perspectiva que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições (Ferrante e Santos, 2003).

Como divisor de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

Indiferente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas e destilarias segue sua “marcha para o oeste”. No Pontal do Paranapanema, a portaria 075 do ITESP só veio legalizar uma situação já definida. Em alguns assentamentos de Teodoro Sampaio, o fornecimento de cana para a Destilaria Alcídia já ocorre há anos. A importância crescente da cultura canavieira no Estado só pressiona os assentamentos para que se integrem, de diferentes formas, a esse sistema produtivo. Os assentados de Teodoro Sampaio não se vêem como arrendadores de terra para a usina, mas como fornecedores “integrados”. O que a pesquisa revelou é que os assentados, embora não trabalhem na cultura da cana (que ocupa até 30% de cada lote produtivo), são tomadores de crédito, via Pronaf, para o custeio de todas as operações produtivas em seus lotes. Assumindo o risco de arcar com os custos do financiamento, haveria a descaracterização do arrendamento.

A agricultura tradicional e a relação com o meio ambiente nos assentamentos

Apesar de uma situação de baixa capitalização e integração deficiente aos mercados regionais (excetuando a polêmica integração via fornecimento de cana), observa-se a existência de um importante grupo de assentados que, apesar de minoritário no conjunto dos PAs estudados, conseguiu desenvolver uma policultura capaz de gerar renda e sustentabilidade às suas famílias. Existem assentados que se especializaram em horticultura, fornecendo produtos para os municípios em que estão inseridos. O acesso à água ou a capacidade de

instalação de redes de irrigação são pré-condições para tal empreendimento. A ocupação das poucas áreas férteis (porque próximas aos córregos) do P.A. Monte Alegre (região de Araraquara), bem como o assentamento de famílias com larga experiência anterior no trato da terra (poucos em relação aos bóias-frias) são os principais fatores que explicam essa interessante diversidade na produção dos assentamentos dessa região.

No PA Monte Alegre, as limitações dos solos (bastante desgastados) e a falta de capital acabam por forçar os assentados a aderirem à recém legalizada parceria com as usinas de açúcar e álcool. Nas regiões mais baixas do assentamento, no entanto, áreas banhadas pelos muitos pequenos córregos, ensaiam-se outras estratégias, baseadas em cultivos rotativos e uso de matéria orgânica, produzidas dentro do lote, para que se possa melhorar a condição do solo. A preocupação ambiental desses assentados que – no geral – se opõem à cana é bastante presente. Sempre que entrevistados, esses assentados acabam tecendo muitos comentários referentes à qualidade do solo, ao cuidado com a terra, à necessidade de rotatividade de cultivos, à presença de animais silvestres dentro dos assentamentos e à manutenção dos recursos hídricos.

Referem-se criticamente ao confronto entre a cultura extensiva de cana e os nichos multifuncionais existentes nos assentamentos. Um aspecto relevante da forma como foi feita a parceria para plantio de cana na Monte Alegre foi a objeção, de parte dos assentados, em aceitar a tradicional prática da queima da cana para colheita. No pré-contrato assinado pelos assentados, no entanto, a exigência de não haver queimada estava colocada na forma de uma observação no final do contrato e não como uma cláusula proibitiva, como pensavam os agricultores da Monte Alegre.

Logo, a garantia de não haver a queimada nesse PA não existe formalmente, tratando-se apenas de uma fraca recomendação. Neste sentido, alguns assentados vêm se articulando com o sindicato de Araraquara – opositor mais contundente do consórcio – no sentido de reivindicar algum tipo de proibição para esta prática.

Esses assentados contrários à cana desenvolvem alguma cultura comercial (frutas, café, etc.) e se orgulham em produzir de alimentos, para si e para a “cidade”. Outro aspecto bastante interessante dessa interface entre produção de subsistência e preocupação ambiental é a maneira como tais agricultores, avaliados negativamente por sua falta de capitais, se referem ao seu trabalho, valorizando o fato de não usar agrotóxicos e de produzir naturalmente.

No caso do assentamento Bela Vista, a já implantada cultura da cana-de-açúcar não impede o florescimento de uma agricultura tradicional – nos mesmos moldes que a citada na Monte Alegre. Faz parte desse grupo de policultores, algumas famílias com um passado mais ligado à agricultura, portadoras de todo um saber a respeito das culturas e da organização da

produção. Apresenta-se como curioso ali, porém, a existência de alguns assentados bem sucedidos na produção agropecuária oriundos da zona urbana (operários industriais). Conta favoravelmente para esses ex-operários, uma certa capacidade de aprendizagem das técnicas de plantio e cultivo e um maior esclarecimento com relação às operações bancárias. A pesquisa registrou que o convívio entre os agricultores tradicionais e estes “novos agricultores” foi bastante benéfico aos últimos, no sentido da aprendizagem das técnicas de plantio e cultivo. A vizinhança de lote de produção ou de casas na colônia⁵ aproximou essas famílias e garantiu um espaço de sociabilidade para transmissão dos conhecimentos.

Há cerca de quatro anos, um experimento inovador surgiu na Bela Vista, a partir da REGAR (Associação de Produtores da Agricultura Regenerativa da Região de Araraquara) – entidade patrocinada pela Fundação Mokiti Okada⁶. Tentou-se, na época, a implantação de um projeto-piloto de agricultura orgânica no assentamento Bela Vista do Chibarro: para lá foram enviados técnicos em agricultura natural (funcionários da Mokiti Okada) para ensinar, àqueles que se interessarem, as especificidades de se plantar sem uso de agrotóxicos ou outros insumos químicos. Infelizmente, essa experiência não se disseminou, restando, hoje, alguns assentados que utilizam parcialmente os ensinamentos sobre produção orgânica. Para os membros da REGAR, é necessário o retorno dos costumes tradicionais de plantio, costumes estes que levam o assentado a buscar, de maneira gradativa, o “*equilíbrio do solo quanto à produção de seus microorganismos, perdidos com o desgaste excessivo*”.

Mesmo aqueles assentados que não detêm uma técnica de produção tão sofisticada quanto a patrocinada pela Mokiti Okada, revelam um notável cuidado com a terra e com as plantas e animais. A recuperação de um modo de trabalho tradicional, nos moldes camponeses, aponta para uma relação mais humanizada e socialmente rica com a terra nos assentamentos. Conforme afirma Leonardo Boff, esse cuidado com a terra e o meio ambiente é caracterizado por uma interação sentimental, gerando uma relação que “*não é de domínio, mas de convivência. Não é pura intervenção, mas é interação e comunhão*” (1999, p. 95).

Como principal fonte de renda permanente nos assentamentos do Estado, a pecuária leiteira merece destaque. Na região do Pontal do Paranapanema, a

⁵ A Bela Vista conta com cerca de 100 casas de alvenaria construídas como um núcleo urbano no centro do assentamento. Essa infraestrutura, ocupada pelos assentados foi uma antiga colônia de uma das fazendas da Usina Tamoio, desapropriada para instalação do PA (cf. Rosim, 1997).

⁶ A Fundação Mokiti Okada é um braço assistencial da Igreja Messiânica, denominação religiosa que promove práticas naturalistas e a alimentação livre de agrotóxicos.

forte cisão política e ideológica derivada dos conflitos pela posse da terra, impede que se avalie corretamente a importância da bacia leiteira já implantada nos assentamentos. Inúmeros laticínios recebem a produção dos assentamentos.

É digno de nota a instalação, em anos recentes e concomitante ao período mais intenso de assentamento de trabalhadores na região, de um laticínio no município de Mirante do Paranapanema. Considerando-se um parceiro dos assentados, o empresário – em 2004, eleito prefeito do município – tem na produção leiteira dos assentamentos do município sua principal fonte de matéria-prima. A observação contínua dessa experiência revela a importância do negócio do leite nesse município (e de toda a região): na semana em que o laticínio efetua o pagamento aos fornecedores (assentados), os estabelecimentos comerciais de Mirante do Paranapanema fretam vários ônibus para trazer à cidade os moradores dos assentamentos, demonstrando o aquecimento que a renda dos assentados provoca no mercado local.

Outra experiência interessante nessa região, se bem que em escala bastante reduzida, é a parceria para fornecimento de legumes (pimenta e pepinos) para a produção de conservas na região. As empresas adiantam recursos para implantação de equipamentos de irrigação para os assentados e estes passam a fornecer, de forma integrada, para tais empresas. O aspecto quase anedótico dessa experiência – observada nos assentamentos de Presidente Venceslau – é que militantes do MST, assentados naquele município, estão fornecendo pepinos para produção de conservas (picles) que serão utilizadas na rede de fast food McDonalds, espécie de símbolo da globalização do mercado de alimentação, sempre criticada pelo Movimento.

Em suma, a pesquisa tem observado a reconstituição, nos assentamentos, de todo um modo de vida tradicional, com relativa importância nas economias regionais. Além dos produtos eminentemente comerciais, verifica-se toda sorte de plantio, além de várias farinhas artesanais. Os animais servem de tração para o trabalho, meio de locomoção, além de fornecer importantes produtos básicos (como carne, leite, ovos e queijo).

Mulheres e jovens: gênero e gerações na ressocialização dos assentados

Nos assentamentos se redefinem identidades, papéis e hierarquias. O complexo processo de ressocialização dessa população assentada é gerador de inúmeras tensões entre esses trabalhadores rurais e os diversos agentes mediadores que participam desse novo espaço social – técnicos governamentais, militantes políticos e representantes de setores econômicos. Suas relações entre si, por sua vez, também oferecem um rico material analítico para a compreensão de sua ressocialização.

O acompanhamento e a pesquisa sobre as mulheres nos assentamentos é

um exemplo desse conjunto de redefinições - e de indefinições também, dadas a novidade e a precariedade dessas experiências sociais. A prevalência quase absoluta de homens no protagonismo da luta pelo assentamento vai, aos poucos, cedendo espaço para a ação de líderes femininas, mais atuantes após a instalação dos assentamentos.

Entre conflitos e exclusões, o papel das mulheres no programa de assentamento idealizado pelo Estado era totalmente secundário no início. Concretamente, reproduzia-se um modelo de estruturação familiar pautada pelo patriarcalismo. Só poderiam inicialmente passar pelo crivo legal do cadastro as mulheres viúvas com filhos ou quando fosse comprovada a impossibilidade do marido. As mulheres só começaram a ser sujeitos virtuais dos projetos de assentamento através de mudanças mais recentes, que lhes permitiram ter os mesmos direitos dos homens. No entanto, apesar de poderem ser titulares do lote, as decisões sobre o que plantar ou sobre assinatura de créditos continuam, na prática, vedadas às mulheres.

Entretanto, no delineamento de estratégias familiares ou na irradiação de códigos de reconhecimento social, as mulheres invertem as regras de exclusão que lhes são impostas. Encontram espaço na construção e ampliação das redes de sociabilidade e na atividade laboral. No geral, trabalham no lote apenas em determinadas épocas (como na colheita), o que não exclui a existência de algumas assentadas que “tocam a terra” sozinhas ou lado a lado com os maridos. Nos casos em que a cana-de-açúcar predomina no lote, a mulher está ausente da lida. Quando a esta situação alia-se a proximidade geográfica das cidades (como no caso dos P.A.s de Araraquara), verifica-se um número significativo e crescente de mulheres que trabalham fora do assentamento, no assalariamento rural temporário ou como empregadas domésticas. Esse recurso pode ser acionado por dois mecanismos distintos: a saída da mulher pode indicar tanto sua recusa em permanecer no assentamento (existem casos de evasão de famílias atribuídas à falta de adaptação das mulheres no assentamento), quanto uma estratégia alternativa justamente para a família permanecer na terra, com a mulher buscando recursos para garantir o investimento no lote.

Se existe uma dupla imposição às mulheres assentadas – a do Estado e a do patriarcalismo - são significativas, por outro lado, as expressões de recusa das mulheres frente a essas imposições. No P.A. Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, a participação das mulheres em enfrentamentos com o INCRA foi identificada desde os primeiros anos como no início da luta contra o plantio da cana. Nesse P.A., também desenvolveu-se uma luta surda para mudar as regras utilizadas para eleição de representantes, um espaço tido como masculino: no início dos anos 1990, as mulheres chegaram a impedir a continuidade da eleição do representante por estarem excluídas da possibilidade de votar. Em outros contextos regionais, como em Promissão, no P.A. Reunidas, ou no Pontal do

Paranapanema, constata-se a liderança feminina - nesses casos, sempre identificada como militante do MST. Esse protagonismo político de mulheres, no entanto, não é extensivo e convive com um ambiente bastante machista. No Pontal, a organização do “*setor de gênero*” do MST – instância com maior importância política dentro da organização – foi praticamente boicotada, levando as mulheres à retornar sua militância específica à condição de “*coletivo de mulheres*”, inferior na hierarquia orgânica do MST. O que as participantes desse revés citam revelam o desprezo dos homens (líderes do MST), que se referiam ao esforço organizativos das mulheres como o “*setorzinho*”.

A luta das mulheres assentadas tem distintas facetas (Ferrante e Barone, 1997/1998), destacando-se, do ponto de vista político, o fato delas serem vistas, desde os primeiros momentos, como intermediárias na interlocução com o poder local. Eram as mulheres que se deslocavam dos assentamentos e apresentavam reivindicações às prefeituras. Nessa relação com o poder local, as mulheres estiveram sempre na linha de frente. Como intermediárias em cultivar relações estruturadas sob a forma clientelista, elas ocuparam espaços instituídos.

Percebe-se, também, num programa de orçamento participativo (OP) implantado na última gestão municipal em Araraquara (2001-2004), que os delegados dos assentamentos são basicamente mulheres. O quanto isso tem significado fortalecimento da discussão das mulheres nos assentamentos, ou seja, o quanto a delegada que é escolhida para o OP tem espaço para discutir, nos assentamentos, a situação das mulheres, ainda é uma incógnita: embora participando bastante, constata-se aí uma duvidosa consciência de gênero. No OP, a posição das assentadas participantes das reuniões parece registrar, no campo da política, uma significativa reação das mulheres no sentido de inverter o atributo de passividade que lhes foi imposto.

O machismo e o patriarcalismo, no entanto, se fazem presentes. O fato de terem que ir à cidade sozinhas ou em um grupo, sem os maridos, além da função de mediar as relações com os representantes do poder local, dá margem a comentários relativamente freqüentes, do tipo - difamações no bar, nas ruas da agrovila, no campo de futebol. Ameaças chegam a levar algumas mulheres a recuar em sua luta, embora outras reafirmem sua vontade de participação, manifestando nas idas às assembleias e reuniões promovidas pela Prefeitura, a vontade de falar, de mostrar sua identidade e, também, a decisão de se posicionar especialmente na demanda por medidas de geração de trabalho e renda.

Ocorreram, observou-se, sucessivas tentativas das mulheres em construir associações e reorganizar o poder interno. Além da já citada Associação Feminina, outros grupos se formaram, inclusive tentando desenvolver atividades produtivas, como o cultivo de horta em estufas e oficinas de costura. Infelizmente, foram todos esvaziados e abandonados. No entanto, percebe-se a presença da mulher nesse âmbito da ressocialização, como na feira do produtor

em Araraquara, onde as mulheres atuam como vendedoras da produção dos assentamentos. No presente, tanto o ITESP quanto a Prefeitura de Araraquara – que vem se tornando importante agente na promoção da população assentada – apostam mais na organização das mulheres, tanto no PA Bela Vista quanto no PA Monte Alegre.

Tal proposta, da parte do ITESP, reflete seu esforço em articular as mulheres assentadas, que desde o início dos anos 2000 estão unidas na Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUEST). Essa associação, apoiada pelo órgão estatal, já sofre oposição: no Pontal, região onde o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é bastante organizado, as lideranças do MST criaram, a partir de 2002, a Associação de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema (AMAPP).

Como capítulo específico da ressocialização da população assentada, a posição e a identidade dos jovens se apresentam como particularmente problemáticas. A pesquisa continuada observou que, quanto mais jovens as crianças chegaram aos assentamentos, mais facilmente se adaptaram ao novo ambiente. No caso daquelas famílias que trouxeram adolescentes ou pré-adolescentes, sua ressocialização, no geral, foi muito difícil. Estes últimos sempre apresentam a cidade como uma referência vívida e real (por experiência própria ou por forte influência dos adultos). A forma da família, como um todo, se adaptar à vida nos PAs, também influi no comportamento dos adolescentes e jovens.

Existem famílias cuja experiência anterior como agricultores é bastante forte, o que significa filhos que colaboram na lida na terra. Existem famílias – a maioria - com pouca experiência desse tipo, o que reforça o desenraizamento dos filhos. Embora seja possível identificar nos assentamentos as crianças que chegaram no final dos anos 1980, hoje jovens adultos com famílias, a maioria evadiu-se dos PAs, deixando aos pais – alguns já bastante envelhecidos – todo o encargo de tocar o lote.

A instituição escolar, elemento fundamental na socialização dos jovens, pouco tem colaborado no sentido de abrir perspectivas para os jovens nos assentamentos. Existe, no entanto, alguma inovação nessa área, embora ainda distante de gerar resultados visíveis. Em Araraquara, a rede municipal se adaptou aos assentamentos e, ainda na última gestão bastante pró-assentamentos (2001-2004), criou um projeto específico para as escolas dos assentamentos – o projeto “Escola do Campo”, com unidades na Monte Alegre e na Bela Vista. O que se pode avaliar no presente, a respeito dessa experiência, é que a sua novidade enfrenta, senão a resistência, com certeza a falta de qualificação dos professores, que deveriam desenvolver conteúdos adequados à realidade do mundo rural.

Quando inquiridos sobre suas expectativas, os jovens dos PAs reconhecem a luta dos pais nos assentamentos e a importância da reforma

agrária, mas também manifestam ideais urbanos, como morar e trabalhar na cidade. A pesquisa acompanhou, ao longo dos anos, adolescentes que cursaram colégios agrícolas e, ao invés de ficarem nos assentamentos e se engajarem num projeto familiar de produção agropecuária, saíram dos PAs para trabalhar nas usinas da região. Observa-se um movimento de saída dos assentamentos empreendido pelos jovens. Mesmo experiências como o do Pró-Jovem (programa de qualificação em agricultura desenvolvido pela Fundação Paula Souza em parceria com o ITESP), são tímidos na busca de conter esse êxodo. No entanto, o sair do assentamento tem vários sentidos.

Além da busca de um trabalho fora (urbano ou rural), muitos jovens saem dos P.A.s onde vivem seus pais para engrossar os acampamentos de sem-terra, tanto nas suas respectivas regiões, quanto em outras regiões do Estado (notadamente no caso dos sem-terra mobilizados pelo MST). Essa saída, na verdade, repõe a terra no horizonte desses jovens – sair de um P.A. é o caminho para conquistar sua própria terra (ou lote em assentamento). Muitas vezes, nessas situações, o jovem se torna um militante do MST – que recruta seus quadros dentre os filhos dos assentados. Receber uma formação política continuada e exercer uma militância que investe o jovem de autoridade e poder de liderança, acaba por ser bastante atraente, constituindo-se numa alternativa invejada e desejada por muitos jovens assentados.

Mesmo aqueles que saem para trabalhar nas cidades não se desligam de forma definitiva dos pais e da terra. A pesquisa registrou, juntamente com a saída, o retorno dos jovens (filhos de assentados) aos P.A.s onde vivem os pais. A opção de buscar uma condição de vida mais promissora nas cidades é largamente utilizada pelos jovens. O que deve-se considerar, no entanto, é que a posse da terra garante, também, um seguro para evitar os efeitos mais nocivos de um ocasional fracasso desta “aventura”. As dificuldades evidentes em se estabelecer de forma ótima em atividades urbanas faz com que muitos desses filhos retornem aos assentamentos, muitas vezes para ajudar os pais nas suas atividades e, até mesmo, para desenvolver novos projetos, como horticultura em estufas, novas criações, etc..

Numa avaliação em termos de política de desenvolvimento para os assentamentos, a preocupação com esse segmento deve ser prioritária. Os assentados estão envelhecendo e, aí, a questão do futuro dos assentamentos passa pela existência de um projeto familiar de ficar na terra, de uma estratégia familiar para a continuidade e aprofundamento da experiência produtiva agropecuária dos mais jovens. É importante existir um investimento nesses jovens que querem estudar sim, mas com a contrapartida deles devolverem isso para a comunidade de origem, nos assentamentos. Hoje, de fato, há pouquíssima aposta nos jovens assentados, como o já citado Pró-Jovem. Esse é um dilema real, com grande potencial para o desenvolvimento desses PAs,

embora não tenha despertado a atenção necessária dos planejadores de qualquer âmbito oficial.

Terra, trabalho e família: a difícil sementeira

Além da policultura autônoma e da parceria com as usinas para produção de cana de açúcar - formas praticamente opostas de viabilizar a permanência na terra - os trabalhadores dos PAs de Araraquara lançam mão, também, de modalidades diferenciadas de encaminhamento da produção. Associações com outros produtores não assentados (para plantio de grãos, por exemplo) e mesmo com outras agroindústrias – como no caso da produção de mandioca para farinhas industriais – são constatadas nesses territórios. A forma de gestão do trabalho, nesse caso, é familiar, embora o financiamento da produção dependa de agentes externos que têm forte vantagem na distribuição da renda gerada pela lavoura. Mesmo legalmente proibidas, tais parcerias são mais toleradas do que aquela que envolve o plantio de cana para as usinas. Isso acontece pois, além de ter uma fiscalização mais difícil, o fato de empregar diretamente a mão-de-obra assentada é algo visto como positivo.

O processo de exploração da cana-de-açúcar nos assentamentos constitui-se, sem dúvida, a alternativa mais perigosa do ponto de vista da gestão familiar do trabalho e da terra. Além dos possíveis danos ambientais, essa produção parece obedecer uma lógica que é a da agricultura patronal. Embora sua introdução nos P.A.s implantados pelo ITESP esteja, em tese, regada por uma portaria oficial, nada garante que no futuro próximo não se reproduza uma situação de perda de autonomia dos assentados, conforme visto no PA Bela Vista (em Araraquara). Ali, em que pese o fato da introdução da cultura da cana ter-se realizado mediante uma associação de assentados (*Associação Independente*), que no princípio geriu de forma mais ou menos coletiva os trabalhos de plantio e cultivo, o que se observa hoje é a dependência quase total dos assentados frente à usina. Na maioria dos casos, todo o processo de produção agora está a cargo da usina notadamente o corte, que é realizado por empreiteiras de mão-de-obra rural.

A busca por autonomia e sustentabilidade na terra leva, também, a uma situação tensa com relação ao trabalho externo de membros das famílias assentadas. Em quase todas as modalidades de gestão do trabalho familiar que a pesquisa verificou, o recurso ao trabalho assalariado fora do assentamento é utilizado, seja para garantir sustento para a família, seja para ajudar a financiar a produção nos lotes. Mulheres e jovens são os que mais saem, tornando mais complexa essa busca por uma ressocialização a partir do trabalho na terra.

No entanto, conforme aferido pela continuada investigação do Nupedor, a própria ressocialização na terra pressupõe o trabalho fora. As dificuldades

para obtenção de crédito, sem dúvida um aspecto da ineficiência na mediação oficial, acaba por obrigar as famílias a buscarem recursos por conta própria. Essa tensão dramática com os gestores oficiais dos assentamentos – INCRA e ITESP, que condenam a atividade externa dos assentados - muitas vezes se expressa no enfrentamento das (muitas) regras com as quais um assentado tem de conviver. Trabalhar fora, em parte do tempo, para manter os investimentos no lote é um desses enfrentamentos que revelam a incongruência do projeto estatal e, paradoxalmente, ajudam na ressocialização desses assentados, na medida em que eles recusam as imposições burocráticas e, com isso, garantem sua permanência como produtores nos PAs.

O desenvolvimento dessas experiências de assentamento rural fornece pistas significativas para uma reflexão acerca das possibilidades e limites de formas alternativas de gestão do trabalho e do território. O tripé terra, trabalho e família, que enfeixa o tradicional modo de vida camponês, volta a estar presente nos PAs, mas sua configuração já não consegue ter a mesma vigência que antes. As imposições do mercado e do estado modulam as possibilidades de recuperação desse modo de vida. Mesmo assim, as expectativas e os projetos familiares apontam nessa direção, sobretudo para aquelas famílias que resistem à implantação da cultura da cana-de-açúcar.

Nutridos por essa esperança, os assentados enfrentam as muitas dificuldades, ultrapassando os obstáculos que se põem diariamente, para viver da e na terra. A construção - ou reconstrução – desse modo de vida pressupõe o desenvolvimento de estratégias familiares diferenciadas, numa difícil, mas possível sementeira dos sonhos de autonomia e sustentabilidade.

Por uma conclusão: os assentamentos estão na rota da sustentabilidade?

Um balanço desse período de consolidação dos assentamentos do Estado de São Paulo (a partir dos casos estudados) coloca algumas questões em aberto, no tocante às alternativas dessas unidades rurais. Por um lado, demonstram uma série de desacertos que provêm do encaminhamento (ou de falta dele) estatal. O verdadeiro vazio de projeto por parte do Estado não deve ser encarado apenas como uma opção política em prol da agricultura empresarial, mas, acima de tudo, uma impossibilidade prática dos agentes envolvidos no processo de assentamentos (técnicos, lideranças políticas, mas também pesquisadores e demais mediadores) em desenvolver parcerias estratégicas em favor dos P.A.s. No mais das vezes, assiste-se a um jogo de inculpação mútua, envolvendo diferentes agentes desse campo social.

Com relação à questão da geração de trabalho e renda, os assentados acabam cumprindo sim uma função alternativa, mesmo que a associação com

o complexo sucro-alcooleiro crie mais dilemas do que verdadeiramente perspectivas. Observando-se mais a miúdo, registram-se inúmeras alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, como os mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas Prefeituras locais (existem inúmeras experiências do tipo “feira do produtor”). Há projetos em estudo – como também em início de implantação – que podem potencializar essas alternativas econômicas, caso da incorporação da produção assentada à merenda escolar e parcerias entre o ITESP e o INCRA com outros órgãos de pesquisa, ensino ou comercialização da produção (casos da CONAB, desde 2003 e o recente convênio do INCRA com a CEAGESP).

Uma decantada proposta de agricultura orgânica, ventilada pelo MST e algumas ONGs, não se materializou em larga escala. O próprio ITESP incorporou essa preocupação “agro-ecológica”, através de cursos de capacitação aos seus técnicos, mas isso ainda é muito pouco. Existe, portanto, o reconhecimento da questão da agricultura orgânica, da perspectiva de uma outra tecnologia, mas que demanda ainda muito para decolar. Com relação a essa questão, o problema do desencontro acima mencionado, é patente, prevalecendo uma postura de “quem é o dono da iniciativa” ao invés de um espírito de colaboração entre agentes institucionais.

O que se pode esperar do futuro dessas experiências? Controvérsias marcam a avaliação dos processos sociais e econômicos que têm lugar nos assentamentos. Varias pistas nos são dadas pela observação contínua desse novo modo de vida, ensaiado nos PAs do Estado. Elas indicam tendências para o futuro dos assentamentos.

Em primeiro lugar, a pressão para a instalação de novos assentamentos não diminuiu. No Pontal do Paranapanema, região na qual se concentra o maior número de assentamentos de São Paulo e conhecida pela pendenga envolvendo terras devolutas, dezenas de movimentos dividem o espaço político criado pela luta pela terra. Aliás, a pulverização, que se tentou superar na região com a criação do MAST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), volta a marcar a mobilização dos trabalhadores. Até mesmo o MST, principal agência de promoção da luta pela terra, demonstra – de forma cada vez explícita – fissuras na sua condução política.

O padrão excludente do capitalismo brasileiro, mesmo no tão aclamado setor agropecuário, não nos permite supor a diminuição da demanda por terra. Na região de Ribeirão Preto, das mais modernizadas do país, o pontilhar de acampamentos em meio aos canaviais demonstra a falácia do propalado “desenvolvimento” regional. A democratização do acesso à terra, como fonte de liberdade, deve ser incluída no rol de medidas pró-desenvolvimento, inclusive onde a economia já exhibe números “primeiro-mundistas”.

Os dilemas que envolvem a juventude rural também podem nos fornecer um bom ângulo para a análise do futuro dos assentamentos. Toda uma nova geração já cresceu nos assentamentos, se tomarmos o período do I PNRA, de 1985, como um início dessas experiências. Pesquisas apontam um certo esvaziamento das famílias assentadas, dando-nos a impressão que isso é extremamente negativo. Outras avaliações, porém, devem ser consideradas, se observarmos com mais cuidado a dinâmica dessa realidade. Em primeiro lugar, o que significa sair do assentamento? É uma decisão livre da juventude, na busca de melhorias e progresso individual ou uma necessidade inadiável, dada as condições de vida nos P.A.s?

A resposta a essa questão não é simples. Ao mesmo tempo em que se buscam alternativas para a permanência da juventude nos assentamentos, o sair motivado por uma série de condições – não implica, necessariamente, o abandono do assentamento. Registra-se, também, o retorno dessa juventude aos assentamentos (local de moradia dos pais), tanto para contribuir no desenvolvimento local (filhos de assentados que se tornam, por exemplo, professores das escolas dos assentamentos), quanto para tentar, depois de uma estada frustrada nas cidades, trabalhar e sobreviver da terra. Os jovens saem e retornam - e isso é um indicador de que o assentamento é uma opção – mesmo que não a primeira – para esses jovens.

Numa outra frente, dentre as muitas iniciativas para os filhos dos assentados, a instalação de escolas nos assentamentos tende a se tornar uma inovação bastante frutífera. Dentre essas experiências, destacam-se aquelas que buscam desenvolver projetos pedagógicos específicos, privilegiando a “escola do campo” proposta defendida por uma frente de movimentos, que preconiza a o investimento na educação contextualizada na reforma agrária.

A educação tem um papel crucial na discussão das perspectivas dos assentamentos. Por isso ganha relevância o projeto Escola do Campo que tem tido, especialmente no PAs Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre (Araraquara) bons resultados do ponto de vista pedagógico, da identificação da criança com o seu lugar, o espaço rural, igualmente pelas oficinas dirigidas ao meio ambiente, à diversificação agrícola que cria outras perspectivas de socialização e de sustentabilidade. No Pontal, várias escolas estão sendo instaladas nos assentamentos, a maioria sob responsabilidade das Prefeituras da região. Não há, no entanto, nenhuma uniformidade na atuação dos responsáveis por esses estabelecimentos e a possibilidade de um projeto político-pedagógico mais adequado ao campo não tem passado, por enquanto, de mero debate acadêmico.

Experiências pulverizadas envolvendo jovens apontam para um esforço no sentido de se conter o êxodo juvenil (não de todo indesejado, dada a manifestação da liberdade na busca de alternativas, muitas vezes, fora dos PAs). Nesse sentido, as parcerias do ITESP com a Fundação Paula Souza (que mantém

as escolas técnicas agrícolas no Estado de São Paulo), materializadas nos cursos do Pro-jovem, são importantíssimas. Pena que essa salutar política seja restrita: faltam recursos para ampliar quantitativamente (número de jovens atendidos) e qualitativamente (diversificação do cardápio de cursos). Este quadro de problemas e de perspectivas sugere a constituição de uma agenda local para o desenvolvimento dos assentamentos. Isso não significa que outras esferas governamentais possam se ausentar, mas a geração dessa agenda pressupõe o envolvimento dos agentes que vivenciam cotidianamente os constrangimentos e as possibilidades da realidade empírica dos assentamentos.

O centro desse debate é aquecido por novas dimensões. Nesse quadro, a perspectiva da produção de biodiesel nos assentamentos, além do indiscutível ganho ambiental, implicaria em uma escalada progressiva de ganhos sociais. A análise da relação entre Reforma agrária e sustentabilidade retoma, de certa forma, a discussão dos assentamentos como uma política estatal definida pelo fogo das forças sociais e das relações de poder das classes envolvidas (Ferrante, Silva, 1988).

Desta ótica, observa-se a relação assentamentos rurais/desenvolvimento local como parte de um campo político, cuja trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas, tanto mediante práticas clientelistas, como através da participação nos diferentes fóruns de discussão de planos para o desenvolvimento rural sustentável.

A integração aos diferentes contextos regionais, como as suas tramas e impactos, varia enormemente. Porém, a importância – mais que econômica ou demográfica, política – das experiências de assentamentos está criando novas bases na discussão acerca do desenvolvimento local. Num Estado como o de São Paulo, fortemente caracterizado pela agricultura patronal e o agrobusiness, essa possibilidade demonstra a capacidade de luta e participação que esses trabalhadores, outrora excluídos, vem demonstrando, permitindo que o debate acerca da reforma agrária e da sustentabilidade se ponha no centro dos rumos da democratização da sociedade contemporânea.

Referências

BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária.** Tese de Doutorado, FCL/UNESP, 2002.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do ser humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós, cidadãos**. R.J., Paz e Terra, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas** – Revista de Ciências Sociais, vol. 20/21, São Paulo, EdUNESP, 1997/1998.

FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo de forças sociais no campo. **Perspectivas** – Revista de Ciências Sociais, vol. 11, São Paulo, EdUNESP, 1988.

FERRANTE, V. L. S. B. e SANTOS, M. P. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. **Retratos de Assentamentos**, n ° 9, UNIARA Araraquara, 2004.

ROSIM, L. H. **Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento** Dissertação de Mestrado, Araraquara, FCL/UNESP, 1997.

PINASSI, M.O. e QUEDA, O. Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais. **Revista Reforma Agrária**, n ° 2, vol. 23. Campinas, Abra, maio/agosto 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SIMMEL, G. Sociologia, 1 – **Estudios sobre las formas de socialización**. Madrid, Alianza Editorial, 1986.

STETTER, E. A. **A cultura da cana em assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** Dissertação de Mestrado, Araraquara, UNESP, 2000.